



Processo nº 047/2021

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONCLUSÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO URBANO COM SEIS SALAS DE AULA, COM ÁREA TOTAL DE EDIFICAÇÃO DE 867,79 M².

LUIZ ANGELO DEON, PREFEITO MUNICIPAL DE CACIQUE DOBLE/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, **que às 09h30min, do DIA 30 DE SETEMBRO DE 2021**, na sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Kaingang nº 292, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa para **CONCLUSÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO URBANO COM 6 SALAS DE AULA- Projeto Padrão FNDE – com área de edificação total de 867,79 m², em regime de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão-de-obra.**

Poderão participar as empresa do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Cacique Doble mediante apresentação de toda a documentação necessária para o **cadastro até o terceiro dia anterior** ao fixado para o recebimento das propostas, ou seja, até **27/09/2021**.

1 - OBJETO:

1.1 – Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a conclusão (obra iniciada) de uma Escola Urbana com 06 (seis) Salas – Projeto FNDE, com área total de edificação de 867,79 m², na cidade de Cacique Doble/RS, localizado na Av. Guarani, em Cacique Doble/RS, em regime de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme Projeto Básico de Engenharia, plantas, orçamento, cronograma e demais especificações, anexos a este edital, fornecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que passam a fazer parte do presente Edital.

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Total Máximo R\$
01	01	UN	Conclusão (obra parcialmente executada) de uma Escola Urbana, com 06 salas, com área total de 867,79 m ² conforme memoriais, plantas, orçamento e cronograma em anexo, em regime de empreitada global.	R\$ 515360,86



1.2 - A obra deverá ser executada sob o regime de contratação execução global (material e mão-de-obra), conforme descrição acima;

1.3 – Os projetos de engenharia, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, estão disponíveis em no setor de engenharia do Município e no site http://www.caciquedoblers.com.br/tomada_de_precos.php;

1.4 – A empresa contratada deverá em até **10 (DEZ) dias após a assinatura do contrato** apresentar a **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica) do executor da obra, bem como a **matrícula da obra no INSS** (Instituto Nacional de Seguridade Social):

1.5 – No momento do pagamento dos valores contratados, após as medições da obra, serão retidos os valores referentes ao INSS da mão de obra. O comprovante do pagamento da retenção será encaminhado para a empresa.

2 – DO PRAZO PARA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

2.1 - Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Início da Obra.

2.2 – O prazo de execução dos serviços será de **6 (seis) meses a contar da assinatura da Ordem de Início da OBRA**, conforme cronograma físico-financeiro em anexo.

2.3 – A Emissão da Ordem de Início da Obra, fica condicionada a apresentação da garantia da empresa vencedora, no prazo de **30 a partir da assinatura do contrato do depósito da caução no percentual de 5% do valor do contrato e/ou utilizará a forma de Seguro Garantia / Fiança Bancária (FUNDAMENTO LEGAL ART. 56 DA LEI 8.666/93)**.

3 - FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 – Os pagamentos serão realizados de acordo com os Boletins de Medição expedidos pelo setor de engenharia do município, os quais serão confeccionados após solicitação licitante contratada, **sendo que cada medição (com exceção da última) não poderá ser inferior a 10% do valor da obra, e conforme liberação de recursos pelo Ministério da Educação**.

3.2 – O recebimento da última parcela fica condicionada à apresentação do respectivo **Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Setor de Engenharia Municipal e Termo de Entrega e Garantia da Obra, conforme anexo IX do Edital**.

3.3 – O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta corrente vinculada ao CNPJ da referida empresa.

3.4 - No momento da extração da Nota Fiscal, a empresa deverá fazer constar no corpo da Nota Fiscal o número do /Processo/Tomada de Preço.



4 - DO CADASTRO:

4.1 - Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **27/09/2021**, até às **17 horas**, os seguintes documentos:

4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia da cédula dos diretores da empresa;
- b) Registro na Junta Comercial, em caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo em vigor, ata da Assembleia Geral Extraordinária referente ao atual Capital Social, registrado e atualizado em Assembleia Geral Ordinária referente à atual administração, para sociedades por ações;
- d) Estatuto Social, Contrato Social ou Consolidação do Contrato Social e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial, para a sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou ilimitada;
- e) Prova de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento do País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- g) Em se tratando de micro **empresa ou empresa de pequeno porte, estas deverão apresentar declaração assinada pelo contador da empresa que comprove sua condição, a não apresentação deste documento se entenderá como que a empresa não seja micro empresa ou empresa de pequeno porte, para efeitos de habilitação e julgamento de proposta.**

4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do Estado da sede/matriz;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal do Município de domicílio ou Sede do Licitante;
- d) Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União Certidão de Regularidade Fiscal de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- e) Certidão de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.

4.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, onde conste no mínimo **01(um) engenheiro Civil e/ou 01 (um) arquiteto;**



Obs.: Os vínculos entre a empresa e os profissionais constantes na alínea “a” e deverão ser comprovados através da apresentação de: cópia de CTPS – Carteira de Trabalho; cópia do contrato social no caso de sócio da licitante; cópia do contrato de terceirização no caso de profissional contratado;

b) Comprovação de que a **EMPRESA POSSUI CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**, mediante a apresentação de **01 (um) Atestado de Execução de Obras**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Órgão Competente (CREA/CAU), devendo apresentar a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) com características dos serviços mínimos descritos a seguir:

- Execução de Edificações em alvenaria com no mínimo 433,90 m²;
- Execução de Estruturas em concreto armado;
- Execução de instalações hidro sanitárias (hidráulica e/ou esgoto);
- Execução de Plano Simplificado de Prevenção contra Incêndio;
- Execução de instalações elétricas.

c) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, por execução de obra de características semelhantes ao objeto, mediante a apresentação de **01 (um) atestados de execução de obras**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no órgão competente (CREA/CAU), devendo apresentar a correspondente **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**.

d) Declaração Indicando o **Responsável Técnico** que responderá pela execução da obra.

e) Declaração firmada pelo sócio administrador e pelo responsável técnico responsável pela obra, declarando que efetuará, no prazo de **30 a partir da assinatura do contrato, sob pena rescisão contratual, o depósito da caução no percentual de 5% do valor do contrato e/ou utilizará a forma de Seguro Garantia / Fiança Bancária (FUNDAMENTO LEGAL ART. 56 DA LEI 8.666/93)**.

4.1.4 - ATESTADO E DECLARAÇÃO DE VISITA:

a) Atestado de visita, **fornecido pelo Município de Caciقة Doble, comprovando que o RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA OBRA** visitou o local onde serão realizados os serviços e que tomou conhecimento de todas as condições do mesmo para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação.

OBS 1: Nenhum responsável técnico, ainda que credenciado, poderá representar mais de uma licitante;



OBS 2: As visitas serão conduzidas por servidor designado, e deverão ser realizadas até a data de 27/09/2021, impreterivelmente, as mesmas deverão ser agendadas previamente com no mínimo 24 horas de antecedência pelo telefone: (54) 3552-1244 - Setor Licitações/Contratos.

4.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DEMAIS DECLARAÇÕES:

a) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social assinada pelo responsável técnico (contador) e pelo administrador da empresa, devendo juntar, inclusive, cópias dos termos de abertura e encerramento.

OBS 1: Para empresas que adotem o sistema de contabilidade através do **SPED CONTÁBIL**, a apresentação do balanço **poderá ser substituída pelo comprovante de transmissão do SPED** e suas respectivas fichas preenchidas, impressas diretamente do sistema;

OBS 2: Para empresas que estejam incluídas no **SIMPLES NACIONAL**, a apresentação do balanço **poderá ser substituída pela apresentação do comprovante de transmissão da DEFIS** - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – com suas respectivas fichas preenchidas, impressas diretamente do sistema;

OBS 3: Caso a empresa tenha iniciado as atividades no ano de 2021, **poderá ser substituída pela apresentação pelo Balanço Inicial**;

b) - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 dias da data designada para a apresentação do documento;

4.1.6 - Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário do Município, ou por publicação em um órgão da imprensa oficial, ficando dispensados somente os documentos originais emitidos pelo sistema de Internet.

4.1.7- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, **no momento do Cadastro, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.**

4.1.8 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.



4.1.9 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.1.7, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco (05) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.**

4.1.10 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.1.11 - O prazo de que trata o item 4.1.9 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.1.12 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.1.7, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.1.13 - A documentação necessária para cadastro **não poderá ser substituída** por Registro Cadastral emitido por qualquer outro órgão ou entidade pública.

4.1.14 – Os documentos exigidos emitidos pelo órgão responsável através da Internet, terão sua autenticidade conferida na Internet antes da emissão do cadastro de fornecedor. Os demais documentos, se não forem apresentados em originais, deverão ser autenticados em cartório, ou por servidor da Comissão de Cadastro.

4.1.15 – Somente será emitido o CRC, cujos documentos estejam dentro do prazo de validade.

4.1.16 – No caso de vencimento de algum dos documentos do Certificado de Registro Cadastral, este(s) poderá (ão) ser anexado(s) ao registro, antes do horário da abertura, conforme preâmbulo deste Edital, desde que seja original, autenticado em cartório ou conferido por servidor do Município, não sendo necessário a expedição de novo certificado cadastral, desde que este não esteja vencido.

4.1.17 – O CRC estará disponível com a Secretaria de Administração na Prefeitura de Caciقة Doble, até 02 (dois) dias úteis, contados do dia do protocolo dos documentos, desde que os mesmos sejam apresentados de acordo com as solicitações deste Edital. O CRC não será enviado por fax.

4.1.18 – Na emissão de CRC para microempresas ou empresas de pequeno porte será observada a Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Art. 43, desde que as mesmas estejam devidamente identificadas por declaração, conforme item 4.1.6.



5 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

5.1 - Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º 1 e n.º 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO
MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
TELEFONE DA EMPRESA:
E-MAIL DA EMPRESA:**

**AO
MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
TELEFONE DA EMPRESA:
E-MAIL DA EMPRESA:**

5.2 - Para a habilitação o licitante deverá apresentar **no envelope nº 01:**

- a) Certificado de Registro Cadastral atualizado (fornecido pelo Município);
- b) se o proponente se fizer representar, deverá **JUNTAR PROCURAÇÃO OU CARTA DE CREDENCIAMENTO**, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, devidamente assinada e com assinatura reconhecida em Cartório, conforme anexo II.
- c) Comprovação de que a Empresa **não foi Declarada Inidônea** para contratar com o serviço público, nos termos do Anexo III.
- d) Declaração que a Licitante **Não Emprega menores de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (Anexo IV); conforme Decreto Nº 4.358 de 5 de setembro de 2002.
- e) A Empresa licitante que optar por não enviar representante para assistir a abertura da Licitação poderá encaminhar por escrito junto ao envelope n.º 01 da habilitação, a **Declaração de Recusa do Prazo Recursal Relativo à Fase de Habilitação conforme modelo, Anexo V** deste Edital.
- f) Declaração que a Licitante **aceita os termos do Presente Edital (anexo VI)**



5.3 - O envelope nº 02 deverá conter:

- a) **Proposta Financeira digitada**, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal da empresa, bem **como a planilha orçamentária** devidamente preenchida, mencionando o preço global para a execução da obra, objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra;
- b) Planilha de Quantitativos e Custos Unitários;
- b) **Cronograma físico-financeiro**, o qual deverá ter como paradigma o elaborado pelo Município;
- c) **Validade da Proposta: 180 dias**. Caso a empresa não mencione este prazo, assim será considerado.

Observações:

Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

O valor máximo que o Município aceitará para contratação da obra será de R\$ 515.360,86, sendo automaticamente desclassificadas as propostas que foram superiores a esses valores.

6 - DO JULGAMENTO

6.1 - Esta licitação é do tipo **menor preço Global** e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global para a execução da obra.

6.2 - Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra;

6.2.1 - Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

6.3 - Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 da Lei n.º 8.666/93.



6.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.1.7, deste edital.

7.1.1 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

7.1.2 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

7.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de dois dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 4.1.6 deste edital, a apresentação de nova proposta, na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

7.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.4 - O disposto nos itens 7.1 à 7.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 4.1.7, deste edital).

7.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.



8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

8.1 - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

9 - DOS RECURSOS

9.1 – Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da decisão ou ato da Comissão de Licitação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante
- b) Julgamento das propostas
- c) Anulação ou revogação da licitação

9.2 – Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” terão efeitos suspensivos, a autoridade competente poderá motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir, aos recursos impostos nos demais casos, eficácia suspensiva, os recursos acima referidos deverão ser dirigidos a Comissão de Licitação, protocolados na Secretaria da Administração, não sendo aceito a distribuição em nenhum outro órgão municipal. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da Secretaria encarregada, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir devidamente informado, neste caso a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pela autoridade superior.

9.3 – O recurso deve observar os seguintes requisitos:

- a) Ser digitado e devidamente fundamentado;
- b) Ser assinado por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado;
- c) Ser protocolado tempestivamente da Secretaria Municipal da Administração.

9.4 – A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento por escrito aos interessados.

9.5 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, perante a promotora, aquele licitante que tendo aceito sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, possibilidade de falhas ou irregularidades que entenda o tenham viciado, hipótese em que tal manifestação não terá efeito de recurso.

9.6 – Recurso intempestivo será considerado nulo.



10 - DOS PRAZOS E DA GARANTIA

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de até dez dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

10.2 - A licitante vencedora, após a assinatura do contrato, sob pena de rescisão, deverá no prazo de 30 dias apresentar garantia nas modalidades previstas consoante no artigo 56 “caput”, § 1º, 2º e 4º da lei Federal 8.666/93, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta.

Caso a licitante optar pela **carta de fiança bancária ou seguro garantia**, esta **deverá ser apresentada no seu original** e deverá ter validade por todo o período de execução do contrato.

Caso a licitante optar pelo depósito em moeda corrente, este deverá ser efetuado junto à tesouraria da Prefeitura Municipal.

A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência do contrato, se não utilizadas nas formas do artigo 86, parágrafo 3º. da Lei 8.666/93.

Contudo, reverterá a garantia a favor do Município, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da licitante vencedora, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida, deverá sofrer atualização pelo índice da Caderneta de poupança ou outro que venha a substituí-lo.

A garantia será liberada após o recebimento definitivo da obra.

O município se reserva ao direito a não aceitar seguradoras que tenham apresentado problemas administrativos nos últimos 5 anos anteriores a abertura do certame.

10.3 - Os prazos de que tratam os itens anteriores poderão ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso dos respectivos prazos.

10.4 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

10.5 - O prazo para execução da obra é de **06 (seis) meses a contar da emissão da ordem de início da obra**, conforme cronograma físico-financeiro em anexo ao presente Edital.



10.6 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a vencedora sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:

a) Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

b) Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do total do contrato.

c) Multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato em caso de descumprimento do prazo final de execução do objeto contratado;

10.7 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.8 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador de serviço em virtude de penalidade e / ou inadimplência no fornecimento.

10.9 - As multas serão calculadas sobre o montante integral (valor total) do contrato. As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 1 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.

10.10 - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

11 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

11.1 - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 - As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1035 – Construção e Reformas de escolas
4490.51.00.00.00 - Obras e Instalações
(208 – reduzido)



13 – DO CONVÊNIO

13.1 – A presente licitação é decorrente do Termo de Compromisso **PAR n° 32877**, Ministério da Educação, através do fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de **R\$ 988.330,37**.

Obs: o valor acima corresponde ao total da obra. O valor deste certame corresponde ao restante necessário para a conclusão.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

14.2 - Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

14.3 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.4 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

14.5 - Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei n.º 8.666-93).

14.6 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

14.7 - Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão às cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79, da Lei n.º 8.666/93.

14.8 - Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- I – Projeto de Execução,
- II - Carta Credencial;
- III – Declaração de Idoneidade;
- IV – Declaração que não emprega menores de idade;
- V – Recusa ao Direito de Interpor Recurso na fase de Habilitação;
- VI – Declaração aceita os termos do Presente Edital
- VII – Termo de Entrega e Garantia da Obra;
- VIII - Minuta do Contrato;



Prefeitura Municipal de Caciقة Doble
Estado do Rio Grande do Sul



14.9 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, na Prefeitura Municipal de Caciقة Doble, na Secretaria da Administração, localizada na Av. Kaingang n°292, Caciقة Doble/RS, ou pelo telefone: (54) 3552-1244, site: www.caciquedoblers.com.br ou e-mail: adm@caciquedoble.rs.gov.br.

Caciقة Doble, RS 08 de Setembro de 2021

LUIZ ANGELO DEON,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:
Gustavo Calgarotto, Secretário da Administração



Prefeitura Municipal de Cacique Doble
Estado do Rio Grande do Sul



ANEXO I

Projeto de Execução

O Anexo I trata do Projeto de Execução, sendo que encontra-se disponível para análise junto ao Site www.caciquedoblers.com.br.





ANEXO II CARTA CREDENCIAL

Ao Município de Cacique Doble
A/C Comissão Permanente de Licitação,

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal da Empresa vem pela presente, informar que o Sr., inscrito no RG sob o nº, CPF é a pessoa designada para acompanhar os trabalhos de abertura dos envelopes “1” e “2”, da referida licitação, podendo para tal, assumir todas as responsabilidades advindas desse evento, tais como rubricar propostas e documentos, apresentar reclamações, impugnações, recursos e assinar atas, inclusive renunciar ao direito de recurso ou reivindicá-lo.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de _____

Responsável legal da empresa

Nome:

CPF:



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____ não foi inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira).

Atenciosamente,

_____, de _____ de _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermediário de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ Estado _____,



Prefeitura Municipal de Caciue Doble
Estado do Rio Grande do Sul



telefone _____ declara para o fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2021

Atenciosamente,





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RECUSA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, por seu representante legal, Sr(a) _____, inscrito no CPF _____, abaixo assinado, ciente das prerrogativas referentes ao direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações, DECLARA NÃO TER INTERESSE DE FAZER USO DO REFERIDO DIREITO, desta forma, renunciando e autorizando a Comissão Permanente de Licitações a prosseguir a segunda fase deste processo licitatório, com a abertura dos respectivos envelopes.

_____, de _____ de _____

Atenciosamente,

Representante Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO ACEITAÇÃO TERMOS DO EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermediário de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____ CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ Estado _____, telefone _____ declara que tomou conhecimento do Edital e demais anexos, e aceita todos os termos do Edital de TP 0014/2018.

_____, _____ de _____ de 2021

Atenciosamente,

Representante Legal



ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE ENTREGA E GARANTIA DA OBRA (Deve ser preenchido pela Contratada no final da entrega)

OBRA: _____

LOCAL: _____

MUNICÍPIO: CACIQUE DOBLE – RS ÁREA _____ m²

CONTRATADA: _____

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO, ELETRICO,
_____, CREA/RS _____

ART N° _____

DATA DO CONTRATO: _____

DATA DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO: _____

DATA DESTE TERMO DE ENTREGA: _____

A CONTRATADA.....declara ter CONCLUIDO A EXECUÇÃO DA, segundo Projeto de, buscando realizar a materialização da obra rigorosamente conforme previsto no projeto. O desenvolvimento da execução desta obra obedeceu a especificações e prazos estabelecidos ao projeto de na íntegra, conforme estabelecido no procedimento licitatório n° e termo de contrato.

A Contratada oferece a GARANTIA na entrega desta obra conforme Art. 618 do Código Civil, de todos os seus componentes envolvidos na construção da, aplicação dos materiais, técnicas construtivas e instalações executadas; pela solidez e segurança do trabalho, tanto em razão dos materiais como do solo.

Sendo assim, procede-se a lavratura do Termo de Entrega e Garantia da Obra, a fim de obter o Termo de Recebimento Definitivo.

Local. DE DE 2021



ANEXO VIII

MINUTA

CONTRATO Nº... /2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O PRESENTE CONTRATO SEGUE AS DETERMINAÇÕES DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E AS CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021 DO QUAL É INSTRUMENTO VINCULADO EM SUAS REGRAS E CONDIÇÕES E TEM COMO PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.613.600/0001-03, isento de inscrição Estadual, representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Luiz Angelo Deon

CONTRATADA:.....

As partes contratantes, de comum acordo estabelecem entre si este contrato, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - OBJETO

1 – CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A **CONCLUSÃO (obra parcialmente executada) DE UMA ESCOLA URBANA, COM ÁREA TOTAL DE EDIFICAÇÃO DE 867,79 M²**, NA CIDADE DE CACIQUE DOBLE/RS, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA, PLANTAS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES, ANEXOS A ESTE EDITAL.

CLÁUSULA 2 – PREÇO E REAJUSTES

2.1 – O preço a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente ao objeto descrito na Cláusula Primeira é de R\$

CLÁUSULA 3 – FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos serão realizados de acordo com os Boletins de Medição expedidos pelo setor de engenharia do município, os quais serão confeccionados após solicitação da contratada, **sendo que cada medição (com exceção da última) não poderá ser inferior a 10% do valor da obra, e conforme liberação de recursos pelo Ministério da Educação.**



3.2 – O recebimento da última parcela fica condicionada à apresentação do respectivo Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Setor de Engenharia Municipal e Termo de Entrega e Garantia da Obra, conforme anexo IX do Edital.

3.3 – O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta corrente vinculada ao CNPJ da referida empresa.

3.4 - No momento da extração da Nota Fiscal, a empresa deverá fazer constar no corpo da Nota Fiscal o número do /Processo/Tomada de Preço.

CLÁUSULA 4 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Início da Obra.

4.2 – O prazo de execução dos serviços será de 6 (seis) meses a contar da assinatura da Ordem de Início da OBRA, conforme cronograma físico-financeiro em anexo.

4.3 – A Emissão da Ordem de Início da Obra, fica condicionada a apresentação da garantia da empresa vencedora, no prazo de 30 a partir da assinatura do contrato do depósito da caução no percentual de 5% do valor contrato e/ou utilizará a forma de Seguro Garantia / Fiança Bancária (FUNDAMENTO LEGAL ART. 56 DA LEI 8.666/93).

CLÁUSULA 5 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1 – As despesas decorrentes da execução da presente correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1035 – Construção e Reformas de escolas
4490.51.00.00.00 - Obras e Instalações
(208 – reduzido)

CLÁUSULA 6 – DO CONVÊNIO

6.1 - A presente licitação é decorrente do Termo de Compromisso PAR nº 32877, Ministério da Educação, através do fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor total de R\$ 988.330,37.

Obs: o valor acima corresponde ao total da obra. O valor deste certame corresponde ao restante necessário para a conclusão.



CLÁUSULA 7 – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

7.1 - A **CONTRATADA** é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

7.2 - A **CONTRATADA**, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

CLÁUSULA 8 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

8.1 - DOS DIREITOS:

8.1.1 - Do **CONTRATANTE**: receber a obra contratada segundo forma e condições ajustadas;

8.1.2 - Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

8.2 – DAS OBRIGAÇÕES:

8.2.1 – DO CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento do valor ajustado;

b) fiscalizar os serviços de forma regular durante a execução da obra, comunicando a **CONTRATADA** qualquer irregularidade, para que possa saná-la;

c) será responsável pela fiscalização da obra a engenheira Carla Ragnini.

8.2.2 – DA CONTRATADA:

a) entregar a obra na forma ajustada;

b) atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contato, quando houver;

c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA 9 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA 10 – DA RESCISÃO

10.1 - Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.2 – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA 11 – SANÇÕES E MULTAS

11.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:



a) Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

b) Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do total do contrato.

c) Multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato em caso de descumprimento do prazo final de execução do objeto contratado;

11.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

11.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador de serviço em virtude de penalidade e / ou inadimplência no fornecimento.

11.4 - As multas serão calculadas sobre o montante integral (valor total) do contrato. As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 1 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.

11.5 - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA 12 – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – O presente contrato admite termos aditivos para eventuais alterações, respeitando a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos.

CLÁUSULA 13 – RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, sem que sejam obrigados a responder por ônus ou prejuízos resultantes.

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

13.3 - Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de idoneidade e suspensão do direito de contratar prevista na cláusula 12.

CLÁUSULA 14 - VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, **as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.**



CLÁUSULA 15 – DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O presente contrato será publicado, na forma usual do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA 16 – ESCLARECIMENTOS E CONSULTAS

16.1 – As consultas e esclarecimentos deverão ser feitos por escrito e registradas em protocolo geral, e sua resposta será obtida da mesma forma.

CLÁUSULA 17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Aplicam-se, no que couber os art. 77, 78, 79, 80, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, para todos os efeitos legais.

17.2 - Durante toda a execução do Contrato, a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

CLÁUSULA 18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – Somente poderão assinar documentos, apresentar reclamações, acordar ou alterar, em quaisquer condições, os representantes signatários deste termo, por si ou através de instrumento de procuração na forma da Lei, que deverá ficar fazendo parte integrante do processo licitatório que gerou este contrato.

18.2 – Será competente para dirimir controvérsias o Foro de São José do Ouro, não podendo ser indicado outro, por mais privilegiado que possa ser.

Este contrato é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas instrumentais na forma da legislação em vigor, para que surta seus jurídicos e reais efeitos.

Cacique Doble, _____ de _____ de 2021

MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE
LUIZ ANGELO DEON
Prefeito Municipal

Xxxx Contratada

Testemunhas:

CPF

CPF